



MANUAL DE



MPPB
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA PARAÍBA

GESTÃO ADMINISTRATIVA

PRÁTICAS ESG



MINISTÉRIO
PÚBLICO DA
PARAÍBA

83 - 2107 6000

@mppboficial

www.mppb.mp.br

ANTÔNIO HORTÊNCIO ROCHA NETO

Procurador-geral de Justiça

VASTI CLÉA MARINHO DA COSTA LOPES

1ª Subprocuradora-geral de Justiça

FRANCISCO PAULA FERREIRA LAVOR

2º Subprocurador-geral de Justiça

FRANCISCO ANTÔNIO DE SARMENTO VIEIRA

Corregedor-geral

ARISTÓTELES DE SANTANA FERREIRA

Subcorregedor-geral

JOSÉ GUILHERME SOARES LEMOS

Ouvidor

RODRIGO MARQUES DA NÓBREGA

Secretário-geral – Seger

CRISTIANA FERREIRA MOREIRA CABRAL DE VASCONCELLOS

Secretária de Planejamento e Gestão – Seplag

PRODUÇÃO

Textos:

Extraídos das ações administrativas, da AGENDA A3P e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Editoração eletrônica:

Jonatha Vieira de Sousa (Diretor Administrativo)

Imagens:

Bancos de imagens públicos



INTRODUÇÃO

A sociedade, movida pela necessidade de consumo e impulsionada pelo mercado, possui hábitos que vão se transformando ao longo do tempo. Em certos momentos, aproximam-se de condutas nocivas ao meio ambiente e social, e, em outros instantes, têm potencial de preservar o desenvolvimento das gerações futuras, sem, contudo, comprometer a qualidade de vida e a evolução de bens e serviços.

O consumo de produtos industrializados implica diretamente na produção de lixo que se acumula e prejudica, de várias formas, o ambiente em que vivemos. A ausência de medidas de descarte adequado e de seu reaproveitamento amplificam essa problemática. Por outro lado, o isolamento social e a cobrança cada vez mais acentuada por resultados levam o ser humano a adoecimentos que atingem a saúde mental. A verificação desses fatores deve conduzir a um novo pensamento quanto à execução de práticas internas.

Inseridas neste cenário também estão as instituições públicas. O uso de papel, o consumo de energia elétrica, o uso da água, além da aquisição e da utilização de materiais permanentes que possuem tempo de vida útil, a necessidade de relações pessoais mais humanizadas, entre outras práticas, sugerem a imprescindibilidade de implementação de processos para uma organização sustentável em seus meios e fins.

O Ministério Público da Paraíba, enquanto instituição pública atenta às boas práticas atuais, apresenta, neste manual, contribuições administrativas para práticas ESG - Environmental, Social and Governance, como instrumento de governança a partir de ações e mudanças comportamentais que impactam positivamente na qualidade da prestação dos seus serviços à sociedade.

ANTÔNIO HORTÊNCIO ROCHA NETO
Procurador-Geral de Justiça

MANUAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Práticas ESG no Ministério Público da Paraíba



NOSSA MISSÃO

- Valorizar as pessoas, primando por igualdade, respeito às diferenças, em um ambiente de trabalho saudável e que integre membros(as), servidores(as), estagiários(as) e demais funcionários;
- Otimizar nossos recursos orçamentários e financeiros, de modo a investir em energia limpa, reuso, compras e contratações eficazes, além de promover descarte responsável de materiais.

RESULTADOS ESPERADOS

- Internalizar o sistema ESG como política administrativa de tomada de decisões que envolvam as pessoas, o meio ambiente e a governança do Ministério Público da Paraíba;
- Aplicar recursos orçamentários e financeiros direcionados e centrados na política ESG e conectados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com foco na eficiência das ações administrativas.

Índice de conteúdo

1. Introdução	3
2. Missão e resultados esperados	4
3. Bases	7
4. Eixos	8
5. Metodologia para monitoramento	15
Anexo único: checklist	16

3. BASES

Este Manual de Gestão Administrativa com enfoque em práticas ESG tem como bases principiológicas a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A diretrizes estabelecidas neste documento, portanto, buscam estabelecer rotinas administrativas baseadas nas tendências mundiais de uso racional de recursos, com crescimento sustentável e focada em gestão inovadora e cidadã.



Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P é iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e tem a finalidade de incentivar boas práticas sustentáveis no setor público, a partir dos seguintes eixos:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada dos resíduos gerados;
- Qualidade de vida no trabalho;
- Compras públicas sustentáveis;
- Construções sustentáveis;
- Sensibilização e capacitação de servidores.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

São 17 pontos que visam acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, com foco na Agenda 2030 no Brasil

1. Erradicação da pobreza;
2. Fome zero e agricultura sustentável;
3. Saúde e Bem-estar;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de gênero;
6. Água potável;
7. Energia limpa e acessível;
8. Trabalho decente e crescimento econômico;
9. Indústria, inovação e infraestrutura;
10. Redução das desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima;
14. Vida na água;
15. Vida terrestre;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;
17. Parcerias e meios de implementação.

4. EIXOS

A partir das bases normativas indicadas, foram definidos EIXOS que devem balizar a atuação administrativa do Ministério Público da Paraíba, com foco em práticas ESG.

ESG (environmental, social e governance) pode ser, para efeito deste manual, o direcionamento a ser dado no tocante às pessoas, ao uso de recursos energéticos e a política de gestão de materiais do Ministério Público da Paraíba.

O recorte apresentado é necessário para tornar objetiva a relação entre a metodologia ESG e o enfoque trazido neste manual.



PESSOAS

- Reativação do Núcleo de Bem-Estar e Qualidade de Vida no Trabalho;
- Criação de espaços para qualidade de vida no trabalho



ENERGIA ELÉTRICA

- A energia elétrica utilizada por metade das sedes do MPPB são atualmente provenientes de energia fotovoltaica.



LOGÍSTICA DE MATERIAIS E DOCUMENTOS

- Política de leilão de veículos;
- Implementação de descartes de bens inservíveis;
- Reuso de bens;
- Gestão documental e descarte de papel.



AS PESSOAS

O viés social das práticas ESG aponta para fatores que afetam as pessoas. Neste contexto, o Núcleo de Bem-Estar e Qualidade de Vida do Ministério Público é disciplinado pelo Ato PGJ 122/2023 e atualmente funciona presencialmente no Anexo II da Procuradoria Geral de Justiça, com agendamento de atendimentos por meio do whatsapp da Diretoria Administrativa 83 99133 - 6381, com foco nos seguintes pontos:

1

Atendimentos presenciais

2

Atendimentos remotos

3

Suporte técnico em procedimentos

4

Campanhas e ações setoriais

5

Ações setoriais





Tanto a Agenda A3P quanto os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável trazem itens relacionados às pessoas, pontuados neste Manual como ações já implementadas quanto a serem alcançadas pela gestão administrativa alinhada às práticas ESG.



Estímulo à prática de atividade física

Anexo IV da sede da PGJ reformado, com bicicletário e vestiários.



Capacitações destinadas a todos os públicos do MPPB

Membros(as) e servidores(as) participam de capacitações específicas para cada público



Reformas de unidades acessíveis e ergonômicas

Sedes reformadas com foco em estruturas sustentáveis, incluindo estruturas para acesso seguro de membros(as) e servidores(as)



Nossas estruturas fotovoltaicas

O investimento em estruturas fotovoltaicas, na concepção atual do Ministério Público da Paraíba, pode ser feita de duas formas:

1

Investimentos decorrentes de priorização no orçamento do MPPB

2

Submissão de projetos para captação de recursos extraorçamentários em programas de eficiência energética

O incentivo à energia renovável no Ministério Público da Paraíba é iniciativa pioneira no âmbito de instituições públicas estaduais. Trata-se de medida que se aproxima da política mundial de sustentabilidade e busca reduzir o consumo de energia elétrica proveniente de fontes que possuem alto índice de desvantagem em sua composição de custos.

1

Investimentos decorrentes de priorização no orçamento do MPPB

Desde 2022, há, no orçamento do Ministério Público da Paraíba a priorização de recursos para a energia fotovoltaica. O montante supera a ordem de R\$ 649.900,00, já que a reforma da Promotoria de Justiça de Pombal contemplou placas solares na composição de custos.

Atualmente funcionam com energia fotovoltaica as seguintes unidades:

- | | | | |
|--------------|---------------------|-----------------|----------------------|
| 1. Anexo I; | 6. Catolé do Rocha; | 11. Itabaiana; | 16. Picuí; |
| 2. Anexo II; | 7. Conceição; | 12. Itaporanga; | 17. Princesa Isabel; |
| 3. Anexo IV; | 8. Esperança; | 13. Mangabeira; | 18. Pombal; |
| 4. Alhandra; | 9. Guarabira; | 14. Mamanguape; | 19. Sapé; |
| 5. Cabedelo; | 10. Ingá; | 15. Patos; | 20. Sumé. |

10

A submissão de projetos pode ser feita de acordo com a disposição dos editais de captação de recursos.

As submissões feitas pelo Ministério Público da Paraíba contemplaram:

1. Troca de lâmpadas;
2. Troca de aparelhos condicionadores de ar;
3. Placas fotovoltaicas.

Neste cenário, as seguintes unidades funcionam com energia fotovoltaica a partir de projetos de captação de recursos:

1. Sede da Procuradoria Geral de Justiça;
2. Sousa;
3. Cajazeiras.





Logística de materiais e documentos

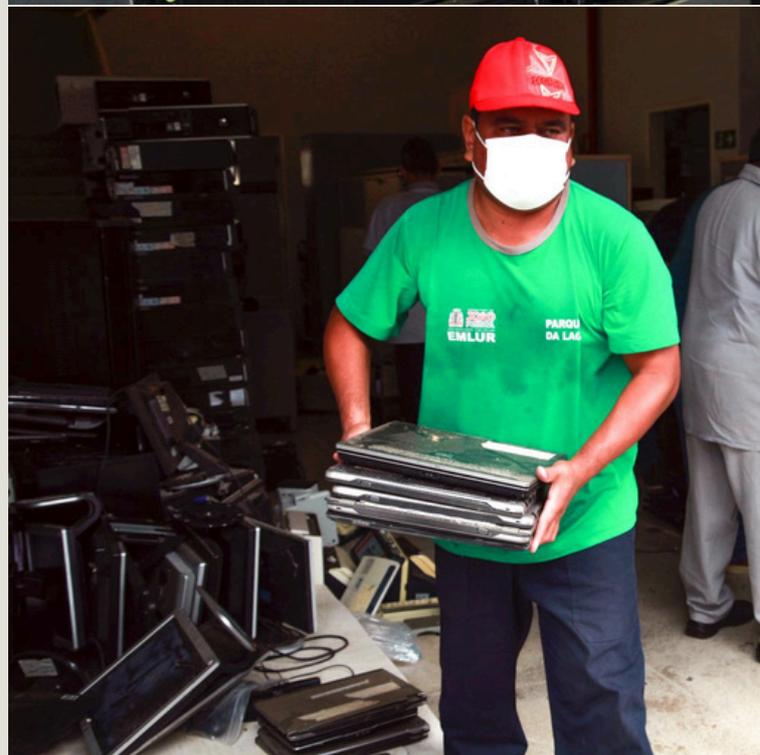
Neste tópico, são abordadas ações sustentáveis com ações de governança relacionadas à logística de equipamentos e documentos do MPPB

As práticas aqui indicadas dizem respeito à:

- Política de leilão de veículos antieconômicos;
- Implementação de descartes de bens inservíveis;
- Reuso de bens;
- Gestão documental e descarte de papel.

A política de leilão e principalmente a política de descartes de bens inservíveis foram impulsionados no Ministério Público da Paraíba, como forma de aproximar a gestão de políticas sustentáveis, desde a aquisição até o descarte regular de cada item.

A rotina de descarte foi internalizada e segue norma interna que indica todo o trâmite formal para o desfazimento.



Já a política de gestão documental está na fase de análise dos documentos administrativos, já que há tabela de temporalidade editada pelo CNMP sobre esse tipo de documento.

Neste contexto, a área de arquivo do MPPB está em funcionamento em prédio de João Pessoa-PB, no bairro de Mangabeira.

Já foram realizados descartes seguindo o fluxo padronizado com separação, limpeza, análise, descarte ou guarda, de acordo com cada assunto.



Portanto, a política de gestão documental reveste-se totalmente de aspectos relacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda A3P e, assim, consolida-se como política administrativa permanente e conectada diretamente com práticas ESG.



5. METOLOGIA PARA MONITORAMENTO DE PRÁTICAS ESG



CHECKLIST

COMO FORMA DE MONITORAR PROCESSOS DE TRABALHO RELACIONADOS A PRÁTICAS ESG NO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA, O ANEXO ÚNICO DESTES MANUAIS TRAZ CHECKLIST CAPAZ DE AVALIAR ANUALMENTE A EXECUÇÃO OU DESCONTINUIDADE DE AÇÕES ESG NO MPPB.

Jonatha Vieira de Sousa
Diretor Administrativo



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

O checklist foi estruturado para ser avaliado por partes, de acordo com as perspectivas analisadas pela Diretoria Administrativa, término e no início de cada exercício orçamentário e financeiro, até 30/11 e até 31/01, respectivamente, considerando questões executadas e planejadas, nos seguintes seguimentos:

1. Ações da Administração Superior;
2. Ações de gestão sustentável em promotoria de Justiça;
3. Gestão de resíduos sólidos;
4. Eficiência energética;
5. Uso da água;
6. Educação ambiental;
7. Capacitação em sustentabilidade;

1

Ações da Administração Superior

1. Há priorização pela Administração Superior de Recursos Orçamentários para a política de gestão sustentável do MPPB?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

2. Há ação estratégica em curso relacionada à gestão sustentável e apoiada pela Administração Superior?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

3. Há plano divulgação pela Administração Superior das ações sustentáveis realizadas pelos setores do MPPB?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

4. Há alocação de pessoas específicas para trabalhar com gestão sustentável no MPPB?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

4. Há eventos patrocinados pela Administração Superior para abordar o tema gestão sustentável?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

5. Membros(as), servidores(as) e funcionários(as) são reconhecidos quando participam ativamente de questões relacionadas à sustentabilidade:

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

6. Membros(as), servidores(as) e funcionários(as) conhecem a Agenda A3P e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

7. Existe projeto administrativo voltado a questões de sustentabilidade em execução ou previstos para o próximo ciclo estratégico?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x

7. O Núcleo de Bem-Estar é capaz setor do MPPB priorizado para atendimento das demandas relacionadas à saúde ocupacional de membros(as), servidores(as) e funcionários(as) do MPPB?

Detalhar.

8. Membros(as), servidores(as) e funcionários(as) compreendem o Núcleo de Bem-Estar como estrutura capaz de trazer maior qualidade de vida no ambiente de trabalho?

Detalhar.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

9. Há priorização de ações permanentes pela Administração Superior para que o Núcleo de Bem-Estar desenvolva ações estratégicas capazes de impactar no clima organizacional?

Detalhar.

10. A estrutura do Núcleo de Bem-Estar é adequada para atendimento das demandas relacionadas às pessoas no Ministério Público da Paraíba?

Detalhar.

2

Ações de gestão sustentável em promotoria de Justiça

1. A Diretoria Administrativa ou setor a ela vinculado recebeu demanda preventiva relacionada à gestão ambiental em unidade do MPPB?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

2. Membros(as), servidores(as) e/ou funcionários(as) demandam o setor de manutenção em qual estado de conservação dos imóveis?
 - a. Muito crítico;
 - b. Crítico;
 - c. Moderado;
 - d. Preventivo.

3. São adotadas medidas preventivas pelas unidades para evitar mofo, entupimento de calhas e desgaste de materiais?
 - a. descrever evidência 1;
 - b. descrever evidência 2;
 - c. descrever evidência x

4. A unidade tem ciência de procedimentos para identificação das necessidades e de registro de demandas?
 - a. descrever evidência 1;
 - b. descrever evidência 2;
 - c. descrever evidência x

5. Há suprimento de fundos para que a unidade seja capaz de contratar pequenos serviços de jardinagem e capinação?
 - a. descrever evidência 1;
 - b. descrever evidência 2;
 - c. descrever evidência x



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

6. Os materiais destinados às unidades são suficientes para limpeza e conservação?

- a. Muito crítico;
- b. Crítico;
- c. Moderado;
- d. Preventivo.

3

Gestão de resíduos sólidos

1. Existem gestão de resíduos sólidos implementada?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

2. Caso positivo para a pergunta anterior, a Administração periodicamente monitora e revisa os procedimentos referentes à gestão de resíduos sólidos?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

3. O MPPB investe em gestão de resíduos sólidos?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

4. Há oportunidades de melhoria identificadas e ainda não implementadas?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

5. Periodicamente, há avaliação do destino dos resíduos sólidos no MPPB?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

6. Há cooperativas ou afins conveniadas para tratar de gestão de resíduos sólido no MPPB?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

4

Eficiência energética

3. Há previsão orçamentária como política permanente para investimento em energia renovável?

- a. descrever evidência 1;
- b. descrever evidência 2;
- c. descrever evidência x.

4. Qual percentual atual de sedes supridas com energia fotovoltaica??

%.

5. Há contratação para manutenção das unidades que possuem placas solares?

Sim ou não. Detalhar.

6. Há monitoramento da captação de todas as unidades que geram energia solar?

Sim ou não. Detalhar.

7. Há histórico de quebra ou defeito de equipamentos relacionados à geração da energia solar?

Sim ou não. Detalhar.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

8. Atualmente quantos Kwh são gerados a partir de placas solares no MPPB?

X

9. Quais sedes são supridas com energia solar?

Detalhar.

10. Há contratação vigente de empresa projetista credenciada para submissão de projetos de eficiência energética?

Sim ou não. Detalhar.

11. Qual percentual de projetos vencedores submetidos pelo MPPB nos últimos 5 anos em relação a editais para captação de eficiência energética?

%. Detalhar.

12. Há rotina para redução do consumo de energia?

Sim ou não. Detalhar.

13. Há plano de metas para redução de consumo de energia elétrica?

Detalhar.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

14. Há rotina de auditoria para consumos acima das médias observadas?

Detalhar.

15. Há política para compras de equipamentos de baixo consumo de energia?

Detalhar.

16. Há campanhas de conscientização acerca do consumo de energia elétrica?

Detalhar.

17. Há revisão de contratos de energia com implementação de melhorias, caso identificadas?

Detalhar.

18. As licitações observam critérios de sustentabilidade?

Detalhar.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

5

Uso da água

1. Há rotina de auditoria para consumos acima das médias observadas?

Detalhar.

2. Há ações, plano ou programa para incentivo à redução do desperdício de água?

Detalhar.

3. São realizadas inspeções periódicas nos sistemas hidráulicos para evitar desperdícios de água?

Detalhar.

4. Há prática de reuso de água?

Detalhar.

5. Existem metas para redução do desperdício de água?

Detalhar.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

6. São adotadas práticas de gestão de demanda de água para evitar desperdícios e otimizar o uso deste recurso?

Detalhar.

6

Educação ambiental

1. O MPPB possui políticas ou programas de educação ambiental?

Detalhar.

2. Há atividade de sensibilização e conscientização ambiental?

Detalhar.

3. Há práticas que são internalizadas nas rotinas do MPPB?

Detalhar.

4. Existem parcerias formalizadas com o objetivo de abordar a gestão e a educação ambiental?

Detalhar.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

5. O MPPB divulga informações sobre questões ambientais e práticas sustentáveis?

Detalhar.

6. Há metas estabelecidas para monitorar a educação ambiental no MPPB?

Detalhar.

7. Há incentivo para quem participa de ações relacionadas à educação ambiental no MPPB?

Detalhar.

7

Capacitação em sustentabilidade

1. Há programa de capacitação permanente acerca de gestão sustentável?

Detalhar.

2. Há incentivo para a participação em programa de capacitação em gestão sustentável?

Detalhar.



Checklist para monitoramento de ações sustentáveis

3. Quantas capacitações foram ofertadas e relacionadas ao tema "Sustentabilidade"?

Detalhar.

4. Foram promovidas capacitações específicas em práticas ESG?

Detalhar.

5. Existe banco de dados que compile as boas práticas ambientais, sociais e de governança no MPPB? Se sim, quais são?



MPPB

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA PARAÍBA